

O Café nos Livros

ARAGUAY A. F. MARTINS

A tradicional Sociedade Rural Brasileira reúne a elite cafeeira de São Paulo. Entre os nomes de seus quadros diretivos escolhemos para uma menção especial o de Raul Diederichsen, antigo fazendeiro, e profundo conhecedor dos meandros da comercialização do "ouro verde". Dêle se poderia dizer que conhece o café "da semente à xícara". De temperamento introspectivo, possui a ponderação do mineiro, aluda a uma metodologia verdadeiramente germânica. Excessivamente reservado na formulação de conceitos sobre a política cafeeira, tem sido, por isso mesmo considerado o "maior inimigo" dos jornalistas. Luiz Piza Sobrinho considera essa uma de suas grandes virtudes, a despeito de também ter sido homem de imprensa. "De café", costuma dizer, "quanto menos se falar, melhor". Pois é esse cafeeiro, antigo presidente do Instituto Brasileiro do Café, ex-diretor do Departamento de Café da Sociedade Rural Brasileira, tendo ocupado a presidência da tradicional agremiação, que escolhemos para O CAFE NOS LIVROS deste mês.

Estávamos folheando o volume publicado pelo Instituto Brasileiro do Café a propósito do I Congresso Mundial do Café realizado em Curitiba, entre 18 e 21 de janeiro de 1954, em comemoração ao centenário da emancipação política do Paraná, quando deparamos com tese apresentada pelo sr. Raul Diederichsen, então diretor do Departamento de Café da Sociedade Rural Brasileira. Observa inicialmente, fazendo excessão à sua habitual reserva:

"Farei um rápido retrospecto da política cafeeira no Brasil, no passado, sua posição na atualidade — e farei um apelo para orientarmos a nossa política no futuro, de comum acordo com todos os interessados e aproveitando as lições que nos vêm do passado. Como situação diante de um público conhecedor de assuntos cafeeiros, não pretendo cansá-los com estatísticas e detalhes, mas simplesmente recordar fatos do passado e suas repercussões no presente que são conhecidos de todos, mas nem sempre lembrados.

No começo do século, a preponderância da produção de café do Brasil era absoluta, em comparação com as outras procedências. Mas já naqueles tempos davam-se desequilíbrios entre produção e consumo que, uma vez estabelecidos numa cultura perene, como é o café, são mais lentos e difíceis de serem corrigidos do que em cultura anuais. Consistiu a primeira medida para corrigir a superprodução na proibição da plantação de cafés novos, mas mesmo assim chegamos em 1906, depois de uma colheita excepcional, a uma situação tal que os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro firmaram o célebre Convênio de Taubaté, que marcou entre nós o início da longa série de medidas governamentais para a sustentação dos preços do nosso principal produto, quando assim o exigiam as circunstâncias.

Não me parece bem escolhido o nome que é dado geralmente a essa primeira operação, chamando-a de "valorização do café", denominação que sugere o intuito de pretender-se forçar a alta, quando a intenção era somente de impedir a baixa excessiva das cotações do café. Nos dias de hoje, temos, nos Estados Unidos, a maior e mais bem organizada potência econômica do mundo, um programa de defesa de preços para praticamente todos os produtos agrícolas, de grande convergadura e bem organizado. Mas os financiamentos e compras efetuados pela "Commodity



Dr. Raul Diederichsen

Credit Corporation" não levam o nome de "valorização".

O peso dessa primeira compra de café, recaiu principalmente sobre os ombros do Estado de São Paulo, uma das três unidades da nossa Federação que tinham assumido, por sua conta, a grande tarefa. A absorção total deste estoque de café pelo consumo só se deu paulatinamente e anos depois, quando seus últimos remanescentes que se achavam depositados na Europa foram requisitados pelos beligerantes, durante a primeira Guerra Mundial.

Um pouco antes de terminar a guerra européia, tivemos, em junho de 1918, a maior queda de todos os tempos, atingindo zonas consideradas livres deste fenômeno e que marcou o início de uma temporada longa de preços melhores, até a crise mundial de 1929.

Esse período foi apenas interrompido por curto tempo pela crise de 1929. Para debelar aquela baixa houve a intervenção do Presidente Epitácio Pessoa e pouco tempo depois organizou-se em São Paulo o Instituto de Café, segui-

do logo mais por idéntica providência no Estado de Minas Gerais. Estabeleceu-se, então, o sistema de armazéns reguladores para distribuição mais ordenada das entradas das safras nos portos, acompanhada do financiamento oficial que se tornou necessário, em virtude da demora da chegada da mercadoria.

Tudo correu bem, até que falhassem um dia os recursos para o financiamento que provinha de empréstimos externos. Esse dia chegou com a crise mundial de 1929. Entramos então na fase mais atormentada da nossa história cafeeira. Graças aos preços, de um modo geral, mais remuneradores depois da queda de 1918, tinha-se intensificado extraordinariamente o plantio de café em grandes áreas do mundo, por talvez julgarem que o Brasil, depois do cataclisma de 1918 dificilmente recuperaria a sua preponderância nessa cultura. Mas, também nós aqui, no Brasil, e principalmente no Estado de São Paulo, não fomos atrás nesta corrida de plantações novas, sendo favorecida ainda a abertura de grandes áreas pelo prolongamento das Estradas de Ferro Noroeste, Soro-abana, Alta Paulista e Araraquarense. Com centenas de milhões de cafeeiros novos e de grande produção unitária, poderíamos ter seguido naquela época uma política mais agressiva de exportação, mas prevaleceu o ponto de vista das lavouras mais antigas, necessitadas de bases melhores, e, assim, continuamos mais uma vez sózinhos a arcar com as responsabilidades da defesa de um preço considerado justo para o café e o País.

Passou então a política do café, novamente, para a esfera federal, com a fundação do Conselho Nacional do Café, convertido logo mais em Departamento Nacional do Café. Resolveu o governo federal, depois da revolução de 1930, comprar compulsoriamente os estoques que se encontravam retidos nos reguladores e depois de curta vigência de uma taxa de defesa de 10 sh. por saca, aumentada em seguida para 15 sh., foram instituídas as cotas de sacrifício, variáveis de acordo com o volume de cada safra. Não impediram essas cotas a formação de nova retenção nos reguladores que sobrecarregavam ainda mais os custos do café com o prazo longo da chegada da mercadoria aos portos. Como as produções do resto do mundo se encontravam livres de qualquer sobrecarga, a que estava sujeita a nossa produção não era de admirar-se o seu continuo aumento, dificultando ainda mais a situação dos produtores brasileiros, a procura do equilíbrio estatístico. Para aliviar a carga deste, tivemos então o reajustamento econômico, modalidade de auxílio à agricultura em dificuldades financeiras, já conhecida e aplicada em outros países.

A segunda Guerra Mundial, que a princípio não influíu muito na situação cafeeira, nos trouxe em 1941 a fixação de preços mínimos nos Estados Unidos e distribuição de cotas de consumo para cada país produtor, para evitar-se uma inútil concorrência entre todos, em virtude do fechamento dos mercados europeus, por motivo da guerra e para possibilitar a sobrevivência da cultura.

Começaram naquela ocasião a manifestar-se no Brasil os primeiros sintomas de diminuição da produção, em virtude da proibição ou limitação de plantações novas, do mau trato e envelhecimento das lavouras, agravado pelas geadas de 1942 e 43, incidência de secas e recrudescimento de várias pragas, atingindo grandes extensões da cultura cafeeira. Assim, resolveu o Departamento Nacional do Café, em 1944, sus-